



Ministra admite adiar arranque da reforma do mapa judiciário

Parlamento
Mariana Oliveira

Oposição lembrou dificuldades em aplicar já a nova organização judiciária e o PCP sugeriu mesmo o seu adiamento

A ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, admitiu ontem a possibilidade de adiar o arranque do novo mapa judiciário, previsto para 1 de Setembro. A declaração foi feita durante um debate na Assembleia da República para discutir o mapa judiciário, imposto pelos pedidos de apreciação parlamentar do PCP e o do PS que no decurso do debate apresentaram propostas para alterar o diploma que regulamenta a reorganização dos tribunais aprovado em Conselho de Ministros, em Fevereiro.

“É uma reforma estrutural, mas se algum prazo tiver de deslizar em nome de um interesse maior, deslizará”, disse a ministra durante a discussão no Parlamento.

Aproveitando a oportunidade, Bloco de Esquerda, Os Verdes e o PS apresentaram, cada um, uma proposta com o objectivo de interromper a reforma do mapa judiciário, que levará ao encerramento de 47 tribunais e a uma mudança radical na organização dos serviços judiciais. As propostas, votadas em conjunto, foram chumbadas pela maioria PSD-CDS, apesar de toda a oposição ter votado a favor do pedido de cessação de vigência do diploma que regulamenta a reforma.

Durante do debate o PCP e o PS apresentaram um conjunto de propostas de alteração à configuração do novo mapa judiciário, propostas essas que baixarão agora à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que as votarão na especialidade. Se alguma vier a ser aceite, o assunto terá de subir novamente ao plenário.

Uma das propostas do PCP é precisamente o adiamento do arranque do mapa judiciário para Setembro de 2015, considerando que não há condições para a sua aplicação já em Setembro deste ano. Os comunistas pedem ainda alterações na configuração de em cada uma das 23 comarcas criadas no novo modelo e que nenhum tribunal encerre.

O PS, que também solicitou o recurso no fecho dos tribunais, ainda tentou que a discussão das propostas também se realizasse no plená-



Ministra admite “deslize do prazo em nome de interesse maior”

Publicação de nomeações nula

O Supremo Tribunal de Justiça considerou que a publicação das nomeações dos juizes presidentes feita pelo Conselho Superior da Magistratura no *Diário da República* a 23 de Abril é nula, já que se trata do extracto de uma deliberação do que ainda não tinha adquirido eficácia. Isto, porque a acta da reunião ainda não estava aprovada e assinada quando a deliberação foi publicada parcialmente no *DR*. Os sete juizes-conselheiros que decidiram suspender a nomeação de seis juizes presidentes no âmbito de dois procedimentos cautelares reconhecem numa das decisões que a acta da reunião não necessita de ser aprovada “imediatamente após o termo da sessão”, mas lembram que tal tem consequências. Os magistrados recorrem ao Código de Procedimento Administrativo, comentado por Mário Esteves de Oliveira, Pedro Gonçalves e Pacheco Amorim para defender que para ser eficaz a acta tem que ser “aprovada e assinada”. “A publicação de extracto de acta no *DR* sem o correspondente suporte material naquela, pelo vício de ineficácia que produz, não pode deixar de comunicar-se-lhe tornando a publicação, ela própria, ineficaz”, lê-se na decisão. **M.O.**

rio da AR, mas a maioria PSD-CDS inviabilizou o pedido.

No debate, o deputado comunista António Filipe lamentou que a aposta na especialização, uma das principais marcas da reforma, implique um afastamento dos cidadãos da Justiça. Jorge Lacão do PS também criticou a “desertificação transversal do interior do país em nome da especialização”.

Paula Teixeira da Cruz começou por defender as virtualidades do modelo aprovado e acusou o PS de na sua versão do mapa judiciário, do tempo dos governos de José Sócrates, propor o encerramento de 49 tribunais. A ministra pediu que fosse distribuído um documento em que essa intenção era assumida, mas a bancada do PS não gostou e instalou-se um alarido que obrigou à intervenção do vice-presidente da AR, que liderou os trabalhos.

Jorge Lacão pediu a suspensão dos trabalhos até o documento ser distribuído e mais tarde mostrou-se indignado e acusou Paula Teixeira da Cruz de “manipular” factos e de há muito ter renunciado à verdade. “O que existiu foi um grupo de trabalho para estudar o alargamento do mapa judiciário que fez essa sugestão. Mas desde quando é que um grupo de trabalho vincula um governo? Nunca, nunca, nunca”, sublinhou Jorge Lacão. A ministra sentiu-se insultada e a deputada do PSD Teresa Leal Coelho lembrou que esse grupo de trabalho era presidido pelo então secretário de Estado João Correia.

Ao fim da tarde, o secretário-geral do PS reiterou que, quando os socialistas chegarem ao governo, vão reabrir todos os tribunais que o actual executivo encerrar.